



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. **Contratação de empresa especializada para instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, incluindo a instalação de CARPORT SOLAR¹ em localidades específicas, com fornecimento de equipamentos e materiais**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme condições e especificações descritas no presente Termo de Referência, sendo:

Id	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DO ITEM
1	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Campo Largo - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).
2	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Coronel Vívica - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).
3	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Guarapuava - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).

¹ **Carport Solar:** Estrutura de cobertura para vagas de estacionamento, projetada e construída para sustentar um arranjo de módulos fotovoltaicos em sua superfície, com o objetivo de, simultaneamente, proteger veículos e gerar energia elétrica a partir da fonte solar.

4	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Jacarezinho - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).
5	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Ribeirão Claro - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).
6	Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID e instalação de CARPORT SOLAR, com fornecimento de equipamentos e materiais, em Rio Negro - PR (Especificações técnicas nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos do Anexo IV).

1.1.1. **Código SIASG:** 19.747.

- 1.2.** O serviço **objeto** desta contratação é caracterizado como **comum de engenharia** nos termos do art. 6º, XXI, “a” da Lei 14.133/2021, diante da possibilidade de definição objetiva de seus padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Natureza do Objeto:** Contratação de Serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.4. Enquadramento da contratação para fins de vigência:** A presente contratação é classificada como serviço não contínuo (serviço por escopo), pois visa a entrega de um resultado específico e mensurável: a instalação e plena operacionalização de seis sistemas de geração de energia fotovoltaica. Embora a necessidade de energia elétrica do órgão seja de natureza contínua, o objeto contratual é a execução de um serviço com início, meio e fim definidos, que se exaure com a entrega dos sistemas em funcionamento. As obrigações de garantia são acessórias e não alteram a natureza não contínua do serviço principal, que é a implantação de um bem de capital que passará a suprir a necessidade do órgão após a sua conclusão.
- 1.5. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei 14.133/2021, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 1.6. Do local e horário de entrega:** a entrega dos materiais e a realização dos serviços deverão ocorrer nas localidades especificadas abaixo, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à CIP (Coordenadoria de Infraestrutura Predial), por meio do telefone (41) 3330-8682, podendo, excepcionalmente, ocorrer aos sábados, domingos e feriados e também no turno matutino, o que será definido na reunião inicial a ser realizada em cada localidade antes da execução do serviço:

- a) Fórum Eleitoral de Campo Largo: Av. Francisco Xavier de Almeida Garret, 1345 - Abrancho Guimarães, Campo Largo - PR, CEP 83601-230;

- b) Fórum Eleitoral de Coronel Vivida: Avenida Generoso Marques, s/n - Industrial, Coronel Vivida-PR, CEP: 85550-000;
- c) Fórum Eleitoral de Guarapuava: Rua Brigadeiro Rocha, nº 1046 - Bairro Trianon, Guarapuava-PR, CEP: 85015-590;
- d) Fórum Eleitoral de Jacarezinho: Rua Wanda Quintanilha, nº 252 - Nova Jacarezinho-PR, CEP: 86400-000;
- e) Fórum Eleitoral de Ribeirão Claro: Rua Músico Faustino Molini, nº 10 - Jardim Bela Vista, Ribeirão Claro-PR, CEP: 86410-000;
- f) Fórum Eleitoral de Rio Negro: Rua XV de novembro, nº 1445 - Centro, Rio Negro-PR, CEP: 83883-056.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1. A presente contratação tem como razão a necessidade de reduzir os custos com energia elétrica nos Fóruns Eleitorais das cidades de Campo Largo/PR, Coronel Vivida/PR, Guarapuava/PR, Jacarezinho/PR, Ribeirão Claro/PR e Rio Negro/PR.
- 2.2. Diante do aumento constante dos custos com energia elétrica e buscando promover uma gestão mais sustentável e econômica dos recursos públicos, promovendo a expansão da infraestrutura de modernização no fornecimento de energia, pretende-se, através da presente contratação, implementar sistemas de geração de energia fotovoltaica nessas unidades eleitorais, que não são atendidas pela Usina Fotovoltaica de Paranaíba, de propriedade do TRE/PR.
- 2.3. Com a publicação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do teto de gastos da Administração Pública, tornou-se imperiosa a necessidade de investimentos que visem a redução dos valores gastos com custeio, tais como os investimentos em geração de energia fotovoltaica.
- 2.4. Do ponto de vista ambiental, a geração de energia elétrica por meio de fontes limpas e renováveis, com sistemas de pequeno porte e próximos da carga a ser suprida, contribui para a redução do impacto local sobre o meio ambiente. Fontes de energia sustentáveis são uma meta e uma tendência global, considerando os efeitos extremamente nocivos que os combustíveis fósseis acarretam. Investir em energia solar no Brasil é diminuir a necessidade de utilização de energia térmica, por exemplo, muito mais cara e nociva ao meio ambiente.
- 2.5. O investimento em fontes de energia sustentáveis contribui para o desenvolvimento nacional sustentável, em alinhamento com o art. 11, IV e o art. 5º da Lei 14.133/2021, bem como está em consonância com as políticas governamentais e orientações do TSE, em seu Plano de Logística Sustentável, e com a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e em seu art. 2º, §1º indica que ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, sendo uma de suas premissas a redução do consumo.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

- 3.1. Da solução:** Contratação de empresa especializada para instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede ON-GRID, com fornecimento de equipamentos e materiais, nos Fóruns Eleitorais de Campo Largo, Coronel Vívica, Guarapuava, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Rio Negro, incluindo a instalação de CARPORT SOLAR, em localidades específicas, conforme informado na tabela do item 1.1.
- 3.2. Especificações técnicas do objeto:** As especificações técnicas encontram-se nos Projetos Executivos e Memoriais Descritivos constantes no Anexo IV.
- 3.3. Das obrigações da contratada:**
- 3.3.1. Os materiais deverão ser entregues e os serviços prestados de acordo com as condições e exigências do presente Termo de Referência até o adimplemento total da contratação, sendo a contratada responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas (federais, estaduais e municipais), direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, bem como de normas e códigos aplicáveis ao escopo do empreendimento (ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas), Normas e Regulamentos Internos do TRE, normas da concessionária local e da agência reguladora (ANEEL) e normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho.
 - 3.3.1.1. Onde estas normas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos internacionais reconhecidos pelo setor como referência técnica, bem como condições de instalação de equipamentos que compõem os sistemas.
 - 3.3.1.2. Todas as instalações deverão ser executadas, ensaiadas e testadas de acordo com as especificações técnicas exigidas e as normas pertinentes.
 - 3.3.2. A contratada deverá utilizar profissionais habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, sendo exigência mínima de conformidade e segurança que toda a equipe de instalação possua certificado de conclusão de curso válido e atualizado da Norma Regulamentadora nº 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e Norma Regulamentadora nº 35 (Trabalho em Altura).
 - 3.3.3. É de responsabilidade da Contratada o dimensionamento dos recursos (mão de obra, logística, materiais e equipamentos) necessários para realização dos serviços no prazo estipulado pelo Contratante, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as condições climática e logística da região e as condições previstas nas normas e legislações vigentes. Verificada, a qualquer momento, a necessidade de eventual acréscimo de recursos para cumprimento dos prazos e obrigações conforme estabelecidos (dentro do escopo pré-definido), os custos serão de inteira responsabilidade da Contratada.
 - 3.3.4. A contratada responderá pela supervisão, direção técnica, administrativa e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados.
 - 3.3.5. A contratada deverá organizar as suas ações de forma adequada ao modelo adotado pelo Contratante, de maneira a permitir foco nas atuações, facilidade nas comunicações e integração de padrões e procedimentos de gestão.
 - 3.3.6. A contratada deverá programar os serviços a fim de serem fixadas as prioridades de forma coerente e harmônica com outras atividades desenvolvidas pelo contratante e

terceiros, relacionadas ou não com os serviços em desenvolvimento pela contratada.

- 3.3.7. A contratada deverá responsabilizar-se pelo recrutamento, administração e qualquer outra obrigação relacionada ao emprego da mão de obra, ficando também responsável por todos os atos praticados pelos seus empregados.
- 3.3.8. A contratada deverá respeitar os marcos contratuais para mobilizar os recursos necessários à execução dos serviços e manter sua estrutura sempre adequada às demandas dos serviços. Os serviços não poderão sofrer descontinuidade injustificada, sob pena de sanção. Todo e qualquer custo adicional para manutenção da continuidade dos serviços será de total responsabilidade da Contratada.
- 3.3.8.1. Restará caracterizada a descontinuidade injustificada na execução dos serviços caso haja a paralisação na execução pelo período de 05 (cinco) dias corridos, de forma injustificada ou com justificativa não aceita pela fiscalização do contrato.
- 3.3.9. Até a conclusão da instalação do sistema fotovoltaico em cada localidade, a contratada deverá comprovar a emissão e recolhimento das ARTs junto ao CREA, correspondente(s) aos serviços executados, bem como revalidações e complementações advindas de aditamentos contratuais.
- 3.3.10. A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e defeitos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.3.11. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, em até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação pela fiscalização do contrato, os materiais e/ou serviços que não estejam em conformidade com o padrão de qualidade exigido na contratação ou nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou dos materiais empregados, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.3.12. A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de quaisquer ônus como encargos sociais, despesas de fretes, mão de obra, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.
- 3.3.13. Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o contratante.
- 3.3.14. É de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais perante seus empregados, não sendo admitida sob qualquer hipótese a existência de relação de emprego com o contratante.
- 3.3.15. A contratada deverá prover aos funcionários Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados ao risco existente em cada atividade, portanto necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 (Equipamento de Proteção Individuais - EPI) e NR-1 (Disposições Gerais sobre segurança e saúde no trabalho).
- 3.3.15.1. A contratada deverá apresentar ao Contratante a Ficha de entrega de EPI (ficha que comprova o recebimento dos EPIs pelos empregados da Contratada) e

responsabilizar-se por seu uso obrigatório, durante todo o período de execução dos serviços, comprometendo-se a retirar imediatamente o trabalhador sem EPI's obrigatórios do campo de trabalho e substituí-lo, igualmente, de forma imediata, sob pena de multa contratual.

- 3.3.16. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus prepostos, funcionários, representantes legais ou terceiros autorizados, durante ou em razão do contrato, seja por ação ou omissão, dolo ou culpa, incluindo a inobservância ou infração de disposições legais, regulamentares e de normas vigentes. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.
- 3.3.16.1. A não reparação dos danos pela contratada no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a notificação do contratante ensejará a aplicação de multa contratual mediante a abertura de procedimento administrativo pertinente.
- 3.3.17. A contratada deverá responsabilizar-se pela correta utilização, guarda e conservação dos materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos e caminhões nas instalações eventualmente disponibilizadas pelo contratante, bem como arcar com o ônus de eventuais extravios, danos ou depreciações não relacionadas com a execução dos serviços.
- 3.3.18. A responsabilidade pela condução de todo o processo de aprovação e homologação do sistema fotovoltaico junto à concessionária de energia elétrica local é exclusiva da Contratada, que deverá arcar com todos os custos e providências necessários. Em caso de recusa na homologação ou da existência de exigências/pendências apontadas pela concessionária, a Contratada será notificada pelo Contratante para que adote as medidas corretivas necessárias.
- 3.3.18.1. O prazo para o cumprimento das exigências da concessionária será aquele que for por ela estipulado.
- 3.3.18.2. Na ausência de um prazo fixado pela concessionária, a Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação do Contratante, para sanar todas as pendências.
- 3.3.18.3. O não cumprimento do prazo estabelecido pela concessionária (subitem 3.3.18.1) ou, na sua ausência, do prazo estipulado no subitem 3.3.18.2, sujeitará a Contratada à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 3.3.18.4. A aprovação e homologação do sistema fotovoltaico são posteriores à conclusão da instalação do sistema em cada localidade, não estando os prazos previstos nos subitens 3.3.18.1 e 3.3.18.2 inclusos no prazo previsto no subitem 5.1.
- 3.3.19. A contratada não deverá permitir que pessoas, máquinas, veículos, caminhões e equipamentos a seu serviço ingressem em áreas sem antes certificar-se da autorização da Fiscalização, respondendo por todo e qualquer dano que tal procedimento indevido venha a causar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.3.20. A contratada deverá responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 3.3.21. A contratada deverá comunicar à fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à

autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.

- 3.3.21.1. A contratada deverá emitir Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), nas condições e prazos legais, em caso de acidente de trabalho ocorrido com seus empregados que laborem nas instalações do contratante.
- 3.3.22. A contratada deverá prever e comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, bem como as medidas mitigadoras para dar continuidade às atividades.
- 3.3.23. A contratada deverá respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Fórum Eleitoral.
- 3.3.24. A contratada deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, designar um preposto com autonomia para resolver problemas de ordem técnica e administrativa relacionados ao contrato. O Preposto deverá permanecer à frente dos serviços, podendo ser designado mais de um, se for o caso, e ter disponibilidade para atender a fiscalização para avaliação dos trabalhos e programação dos serviços sempre que necessário e solicitado.
- 3.3.25. A contratada deverá tomar todas as precauções quanto à segurança da informação, sigilo e controle da divulgação dos dados, não divulgando nem transferindo a terceiros nenhuma informação sem o prévio consentimento da Contratante.
- 3.3.26. A contratada deverá manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.3.27. A contratada deverá manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições exigidas para a habilitação.
- 3.3.28. A contratada deverá apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.2 do edital e modelo de seu Anexo V), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
- 3.3.28.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.
- 3.3.29. Absorver, na execução dos serviços, objeto da presente contratação, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2% (dois por cento), conforme artigo 8º, parágrafo único da Resolução CNJ nº 114/2010.

3.4. Das obrigações do contratante:

- 3.4.1. Elaborar o projeto executivo e o memorial descritivo para cada um dos locais em que serão instalados os sistemas fotovoltaicos.
- 3.4.2. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a execução do contrato.

- 3.4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- 3.4.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.4.5. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.4.6. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material/serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.4.7. Solicitar a substituição/refazimento dos materiais e serviços que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.4.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.4.9. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.4.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

3.5. Das obrigações do CONTRATANTE e do CONTRATADO:

- 3.5.1. Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece:
 - 3.5.1.1. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável.
 - 3.5.1.2. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados(as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição/especificação do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e/ou outros diplomas normativos (IN SLTI/MPOG nº 01/2010, o Decreto nº 7.746/2012, etc):

- 4.1.1. A contratada deverá assegurar que todos os módulos fotovoltaicos e inversores fornecidos possuam registro ativo no INMETRO. **Forma de Comprovação:** Apresentação, dentro do prazo previsto no subitem 5.1.2, dos Certificados de Conformidade válidos, emitidos por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO, para os modelos de equipamentos a serem instalados.

4.1.2. A contratada deverá demonstrar que todos os módulos fotovoltaicos possuem garantia de desempenho de, no mínimo, **25 (vinte e cinco) anos**, com potência mínima garantida de, **ao menos, 84% (oitenta e quatro por cento) da potência nominal ao final do 25º (vigésimo quinto) ano**, considerando a degradação linear anual. A perda de eficiência deverá estar limitada a, no máximo: 2% (dois por cento) no primeiro ano; e 0,55% (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano do segundo ao vigésimo quinto ano. **Forma de comprovação:** A comprovação da garantia de desempenho dos módulos fotovoltaicos deverá ser feita mediante apresentação cumulativa, dentro do prazo previsto no subitem 5.1.2 dos seguintes documentos:

- a) Catálogo técnico ou *datasheet* do fabricante, contendo as curvas de desempenho e os percentuais de degradação anual e acumulada até o 25º (vigésimo quinto) ano;
- b) Certificado de garantia do fabricante, em português ou acompanhado de tradução simples, onde conste expressamente:

b.1) A garantia mínima de performance de 84% (oitenta e quatro por cento) da potência nominal ao final do 25º (vigésimo quinto) ano;

b.2) Os valores de degradação máxima: até 2% (dois por cento) no primeiro ano e até 0,55% (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano nos anos subsequentes, ou equivalentes.

4.1.3. A contratada deverá entregar o sistema fotovoltaico instalado e comissionado, garantindo uma Taxa de Desempenho proporcional à radiação solar do local, a ser aferida durante os primeiros 90 (noventa) dias de efetivo funcionamento da usina. **Forma de Comprovação:** Para o acompanhamento e comprovação do desempenho, a contratada deverá apresentar Relatórios Técnicos de Comissionamento parciais do sistema fotovoltaico. Ao final de cada ciclo de 30 (trinta) dias de funcionamento, deverá ser elaborado um relatório, que será entregue à fiscalização em até 10 (dez) dias corridos contados do término do respectivo ciclo, totalizando 3 (três) relatórios. Cada relatório deverá conter a memória de cálculo detalhada da Taxa de Desempenho medida no período, incluindo os dados de radiação solar com identificação da fonte utilizada e a geração de energia do período de aferição. O conjunto dos relatórios será validado tecnicamente pelo fiscal do contrato.

4.1.4. A contratada deverá assegurar que todos os cabos destinados a sistemas fotovoltaicos cumpram as regras da ABNT 16612:2020. **Forma de Comprovação:** Apresentação de Nota Fiscal de aquisição dos materiais no prazo de execução dos serviços (subitem 5.1), contendo as características dos mesmos. Complementarmente, a conformidade será verificada pelo fiscal do contrato por meio de inspeção visual da marcação indelével gravada na cobertura externa dos cabos, que deverá conter, no mínimo, a tensão de isolamento e o número da norma (ABNT NBR 16612). A entrega de material que não possua a marcação exigida pela norma será considerada não conforme e ensejará a sua recusa, devendo a Contratada providenciar a sua substituição imediata, sem ônus para a Administração, conforme previsto no subitem 5.1.4.

4.1.5. Recolher todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, ficando a cargo da empresa a remoção dos resíduos e a sua destinação ecologicamente correta, conforme a legislação de gerenciamento de resíduos vigente. **Forma de Comprovação:** Conduta sujeita à fiscalização contratual.

4.2. Indicação de marca ou modelo: Na presente contratação, não haverá indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3. Vistoria: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento prévio com a Coordenadoria de Infraestrutura Predial, por meio do telefone (41) 3330-8682.

4.3.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.2. Para a vistoria, o representante da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Participação de Pessoa Física: Não será admitida a participação de pessoa física, vez que a execução do objeto exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021).

4.6. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

5.1. Condições de entrega: A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar estritamente a ordem, os locais de instalação e os respectivos prazos de entrega, conforme detalhado no cronograma abaixo:

Ordem da execução	Local de instalação	Prazo de entrega
1ª	Guarapuava	60 (sessenta) dias corridos para todas as unidades, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de envio do comunicado de aprovação dos materiais e equipamentos pela fiscalização.
2ª	Coronel Vivida	
3ª	Campo Largo	
4ª	Rio Negro	
5ª	Jacarezinho	
6ª	Ribeirão Claro	

5.1.1. Para cada uma das localidades de instalação, será realizada uma reunião inicial entre a Contratada e a equipe de fiscalização do Contratante para alinhamento dos procedimentos executivos.

- 5.1.2. A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da respectiva reunião inicial, para apresentar formalmente à fiscalização do contrato as marcas e modelos dos materiais e equipamentos que serão empregados na instalação, acompanhadas dos respectivos catálogo técnico ou *datasheet* do fabricante, certificado de garantia do fabricante e dos Certificados de Conformidade válidos, emitidos por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO, para os modelos de equipamentos a serem instalados, para a verificação do atendimento às especificações técnicas deste Termo de Referência.
- 5.1.3. A fiscalização do contrato terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para analisar a documentação e manifestar sua aprovação ou solicitar correções.
- 5.1.4. Caso sejam identificadas não conformidades, a Contratada deverá reapresentar a documentação corrigida no prazo de até 3 (três) dias úteis, reiniciando-se o prazo de análise pela fiscalização.
- 5.1.5. O prazo para a instalação do sistema fotovoltaico em todas as localidades é de 60 (sessenta) dias corridos e sua contagem iniciar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte à data de envio do comunicado de aprovação dos materiais e equipamentos pela fiscalização.
- 5.1.5.1. O comunicado de aprovação que deflagra o início do prazo de execução será enviado à Contratada por e-mail pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial (CIP), devendo constar expressamente a aprovação dos materiais/equipamentos a serem utilizados.
- 5.1.6. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência do vencimento do prazo, para que qualquer pleito de prorrogação seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:** Os prazos de garantia contratual dos materiais e dos serviços, complementares à garantia legal (estabelecida na Lei 8078/1990 - Código de Defesa do Consumidor), serão de, no mínimo:
- a) 10 (dez) anos, para módulos fotovoltaicos, contra defeitos de fabricação;
 - b) 25 (vinte e cinco) anos, para potência linear;
 - c) 10 (dez) anos, para inversores, contra defeitos de fabricação;
 - d) 1 (um) ano, para a instalação, contra defeitos de instalação.
- 5.2.1. A contratada deverá, nos atos de entrega dos materiais e de conclusão da instalação do sistema em cada localidade, apresentar ao contratante os Termos de Garantia formais dos materiais e dos serviços de instalação.
- 5.2.1.1. Os Termos/certificados de garantia dos materiais deverão ser emitidos pelos fabricantes dos módulos e dos inversores, detalhando a cobertura e as condições, devendo observar os prazos e coberturas mínimos previstos no subitem 5.2.
- 5.2.1.2. Os Termos/certificados de garantia dos serviços de instalação deverão ser emitidos pela contratada em nome do órgão contratante, detalhando a cobertura e as condições, devendo observar o prazo e cobertura mínimos contidos no subitem 5.2.
- 5.2.1.3. Prevalecerão sempre as condições do certificado que forem mais benéficas à Administração, caso estas ofereçam prazo ou escopo de cobertura superior ao mínimo aqui estabelecido.

- 5.2.2. Os prazos de garantia contratual serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2.3. Para fins de acionamento das garantias contratuais, a Contratada deverá disponibilizar e manter um **canal de comunicação oficial**, que será obrigatoriamente um endereço de e-mail, além de um número de telefone (fixo ou móvel) para contato imediato.
- 5.2.4. O e-mail e o telefone para acionamento da garantia deverão ser informados formalmente ao Contratante, por escrito, no ato da assinatura do Contrato. Qualquer alteração deverá ser comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 5.2.5. Toda e qualquer comunicação referente a solicitações de garantia deverá ser formalizada pelo Contratante via e-mail para o endereço indicado pela Contratada, com cópia para a Fiscalização do Contrato. O e-mail servirá como registro formal da notificação de ocorrência.
- 5.2.6. Ao constatar qualquer falha, defeito, vício ou desempenho abaixo do especificado nos sistemas fotovoltaicos instalados, nos materiais fornecidos ou nos serviços de instalação, dentro dos respectivos prazos de garantia, o Contratante notificará a Contratada via e-mail oficial, descrevendo a ocorrência e, se possível, anexando evidências (fotos, vídeos, dados de monitoramento, etc.).
- 5.2.7. A Contratada deverá registrar todas as solicitações de garantia recebidas, fornecendo um número de protocolo ou de chamado ao Contratante em até 1 (um) dia útil após o recebimento da notificação.
- 5.2.8. **Prazo de Resposta Inicial:** A Contratada deverá responder à notificação do Contratante, por e-mail, em até **2 (dois) dias úteis** após o recebimento, confirmando o problema reportado, solicitando informações adicionais se necessário, e informando as primeiras ações a serem tomadas.
- 5.2.9. **Prazo para Visita Técnica (se necessário):** Em casos de falha total do sistema ou de componente crítico (ex: inversor inoperante, queda significativa e inesperada na geração que comprometa mais de 20% da produção diária esperada), a Contratada deverá providenciar a visita de um técnico habilitado ao local da instalação em até **5 (cinco) dias úteis** a partir da notificação formal do Contratante.
- 5.2.9.1. Para demais ocorrências ou falhas que não comprometam a operação integral do sistema (ex: falha em módulo isolado, problemas no monitoramento de dados, desempenho ligeiramente abaixo do esperado), a visita técnica deverá ocorrer em até **10 (dez) dias úteis** a partir da notificação.
- 5.2.10. **Prazo para Resolução e Restabelecimento da Plena Operação:** Após a visita técnica ou análise remota, a Contratada terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** para solucionar o problema e restabelecer a plena funcionalidade e desempenho do sistema, caso a solução envolva reparos no local ou substituição de componentes de pequeno porte e/ou de pronta-entrega.
- 5.2.10.1. Caso a solução envolva a substituição de equipamentos de grande porte (ex: inversor, múltiplos módulos) que dependam de importação ou logística complexa, o prazo para a resolução será de **30 (trinta) dias úteis**, contado a partir da identificação da necessidade de substituição. Este prazo poderá ser estendido mediante justificativa formal da Contratada e aprovação do Contratante, desde que comprovadamente decorrente de indisponibilidade de mercado e não por culpa da Contratada.

- 5.2.11. O restabelecimento da plena operação será comprovado por meio de relatório técnico da Contratada e verificação da fiscalização do Contratante, com dados de monitoramento que atestem a normalização da geração de energia ou a correção do vício/defeito.
- 5.2.12. A garantia legal e a contratual do objeto têm prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3. Da garantia de execução contratual: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Do recebimento técnico provisório:

- 5.4.1.1. Os serviços serão recebidos, provisória e tecnicamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da contratada informando a conclusão da instalação do sistema fotovoltaico em cada localidade.
- 5.4.1.2. O recebimento será feito pelo fiscal do contrato, auxiliado por empresa contratada pelo TRE-PR, mediante termo detalhado (Termo de Recebimento Provisório), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 5.4.1.3. Cabe ao fiscal do contrato, com a assistência da empresa Contratada pelo TRE-PR:

- a) Realizar conferência numérica e dos laudos dos equipamentos adquiridos de acordo o descrito em edital;
- b) Recusar os equipamentos e materiais adquiridos se as especificações não estiverem de acordo com as características do Edital;

5.4.1.4. Cabe ao fiscal do contrato:

- a) Receber e conferir a Nota Fiscal, acompanhada do relatório técnico emitido pela empresa contratada pelo TRE-PR para subsidiar a fiscalização;
- b) Conferir se foram entregues os Termos de Garantia e os comprovantes de recolhimento das ART junto ao CREA, correspondente(s) aos serviços executados ou revalidações e complementações advindas de aditamentos contratuais;
- c) Inserir a nota fiscal e os laudos no Processo Administrativo da Contratação;
- d) Preencher o Termo de Recebimento Provisório, conforme modelo adotado por este Tribunal.
- e) Encaminhar para o recebimento definitivo.

5.4.2. **Do recebimento definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório e técnico, pelo gestor do contrato, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

5.4.2.1. Cabe ao gestor da contratação:

- a) Efetuar a conferência de toda a documentação entregue pelos responsáveis pelo recebimento técnico e provisório.
- b) Preencher o Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo adotado por este Tribunal.
- c) Encaminhar para pagamento.

5.5. Dos serviços rejeitados: Os materiais e/ou os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos/refeitos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Prazo de pagamento: Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

5.7. Forma de pagamento: o pagamento será processado por etapas (para cada um dos Fóruns), da seguinte forma:

5.7.1. 60% (sessenta por cento) referente ao fornecimento de materiais e equipamentos e execução dos serviços de instalação, serão pagos após o recebimento definitivo do serviço de instalação em cada local.

5.7.2. Os 40% (quarenta por cento) remanescentes serão pagos após aprovação do projeto e comissionamento (incluindo o recebimento pela concessionária da energia elétrica gerada) de pelo menos um mês consecutivo, que deverá ser comprovado pela contratada por meio de relatório de geração, documento necessário para o pagamento dessa parcela.

5.7.3. As entregas dos Termos de Garantia e dos comprovantes de recolhimento das ART junto ao CREA, correspondente(s) aos serviços executados ou revalidações e complementações advindas de aditamentos contratuais, são consideradas requisitos para o pagamento da Nota Fiscal e serão conferidos no recebimento técnico provisório.

5.8. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: cip@tre-pr.jus.br

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial, conforme disposto no subitem 5.1.1., para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.4.1. O não comparecimento do preposto e responsável técnico da contratada a essa reunião inicial ou a qualquer outra reunião designada ao longo do contrato ensejará aplicação de multa.
- 6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para este fim.
- 6.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7. O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.9. O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10. O gestor da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do fim de vigência do instrumento contratual (contrato ou substitutivo), deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.10.1. O relatório final deverá ser anexado no processo da contratação e encaminhado para a Coordenadoria e Secretaria demandantes para ciência e eventuais providências necessárias.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 7.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 7.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a CIP (Coordenadoria de Infraestrutura Predial), por meio do telefone (41) 3330-8682 ou pelo e-mail cip@tre-pr.jus.br.

